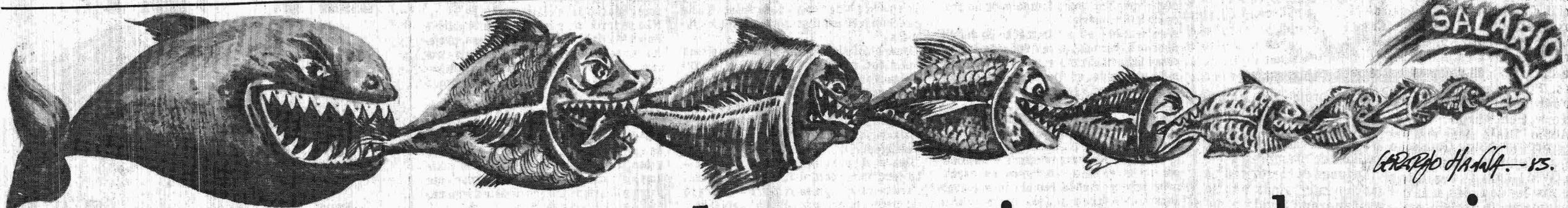


FALTOU DIZER

Aloysio Biondi



O superaquecimento da economia e a verborragia

Com o regime fechado, a única forma de ação que restou no País, nos últimos anos, foi o uso da palavra. Discutia-se debatia-se, criticava-se, fazia-se conferência, participava-se de simpósio, seminário, congresso, assembleia. Dava-se entrevista, ia-se a TV. Corretíssimo. Pela palavra, pela informação, desnudava-se a realidade, para a opinião pública, e abria-se o caminho para a redemocratização. O mal é que o Brasil pegou gosto pela verborragia, pela formulação de teorias uma atrás da outra, chegando-se a sensação freqüente de que ter muita gente criando explicações complicadas para a realidade quase sempre simples — e, o que é pior, descambando sempre para a linha do pessimismo, da dificuldade (inexistente). Perde o País, perde o povo. Não se age, por causa da profusão de teorias. Ou se adotam decisões erradas que, elas sim, geram problemas que não precisariam existir.

Veja-se o que aconteceu com todas — mas com todas mesmo — as pre-

visões feitas no País — sempre em meio a teorias e explicações complicadas — sobre a evolução da economia, este ano. Todas falharam ou estavam falhando redondamente: e é por isso que o País está diante de nova encruzilhada. Como assim? De repente, o Governo acordou para um "risco": a explosão de consumo no País, com superaquecimento da economia e ameaça (em tese) de descontrole da inflação. Como foi que o País chegou a esse ponto? Por causa da verborragia, da teorização. Para superá-lo, só há um caminho: deixar toda a papagaice de lado, e concentrar-se nos dois problemas reais, a saber, a inflação e o chamado "rombo do tesouro".

Exatamente há dois domingos, nesta coluna Faltou Dizer, fez-se uma análise das perspectivas da economia brasileira — e da estratégia governamental adotada até o presente. Nessa análise, mostrou-se que eram absurdas as afirmações do Ministério do Planejamento e lideranças empresariais, segundo as

quais o ritmo de crescimento industrial já estaria entrando em desaceleração — pois o contrário, dizia-se nesta coluna, é que estava ocorrendo. Mostrava-se que a "crença" do Planejamento era totalmente absurda, aritmeticamente absurda: como acenar com uma "recessão", com queda na produção industrial, se o poder aquisitivo da população estava crescendo via reajustes salariais e aumento no nível de emprego, com efeitos multiplicadores, em seqüência, dentro da economia? Para concluir, a mesma análise desta coluna chegava ao ponto central da questão: o planejamento vinha oferecendo oposição aos cortes nas estatais, e ao controle nos gastos do Governo (para reduzir o rombo do tesouro) lançando mão exatamente da justificativa de que esses gastos eram necessários para assegurar o crescimento da economia que, de outra forma — dizia-se — entraria em recessão". Um diagnóstico totalmente equivocado: na verdade, o crescimento da economia já estava garan-

tido, graças ao avanço no consumo da população. Podia-se — ou melhor ainda, devia-se — conter os gastos do Governo sem efeitos maléficos para o País. Ao contrário.

Agora, a realidade está aí. Em São Paulo, as vendas do comércio batem recordes de crescimento. A produção industrial — contrariando todas as "análises" do Planejamento, IBGE, líderes empresariais — também representa desempenho recorde, segundo dados divulgados pela Fiesp, com a massa de salários acusando crescimento real de 30 por cento, na indústria paulista — o que significa mais consumo, mais demanda pela frente.

Seria cômico, se não fosse trágico: até há poucos dias a verborragia e a teorização empolada vinham assustando o País com uma possível "volta à recessão". De repente, da noite para o dia, "descobre-se" que a realidade é exatamente o oposto: o País caminha para o "suaquecimento" e é preciso mudar os rumos da política econômica.

Mudança na correção monetária

Defende-se nova mudança na fórmula de cálculo da correção monetária, hoje baseada na inflação nos próximos meses poderá situar-se acima da correção. Sabe-se que os investidores tiveram grandes lucros, nos primeiros meses da nova fórmula, quando a correção ficou acima da inflação (cadente). A diferença para menos, agora, apenas compensaria o "excedente" anterior. Os críticos da fórmula, porém, afirmam que na prática não haveria essa "compensação", já que o investidor de

hoje pode não ser o mesmo de ontem. Que seja. Mas, nesse debate, está esquecido um dado: as aplicações no "open" se destinavam a proporcionar rendimentos modestos, abaixo da inflação, a "sobras de caixa" de bancos e empresas — ou mesmo de pessoas físicas. "Sobras de caixa" não são poupança, que exige remuneração real — mas ao longo de determinado período. Não, mês a mês. É o caso das cadernetas.

feito a nível das principais indústrias).

Qual a solução que o Governo está pretendendo dar ao problema? Empobrecer novamente o trabalhador, o consumidor, através do controle dos salários (inclusive do funcionalismo), negando-se reajustes trimestrais (até para o salário mínimo), para que a inflação "devore" os salários, ao longo do semestre — e, com isso, o consumo caia. Bela solução. Bela "política": a mesma "política" do regime fechado dos últimos 20 anos, tão condenada pelos economistas do PMDB, agora no poder. Ela não resolve nada. São outros os caminhos a trilhar para, simultaneamente, combater a inflação e reconduzir o déficit do tesouro. Sem agravar a fome, a miséria. Coisas com as quais os tecnocratas — à direita e à esquerda — nunca se preocupam, como fica claro quando as máscaras caem. As mesmas máscaras que, freqüentemente, enganam até a jornalistas "progressistas".